

Plano de Metas do governo traça novo modelo de Estado, diz Arruda

Principal objetivo é mudar o quadro das desigualdades, produzindo um crescimento mais equilibrado entre as diversas regiões do País, assegura o líder no Congresso

Congresso vai promulgar CPMF na quinta-feira

A emenda constitucional que autoriza a criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) será promulgada em sessão do Congresso Nacional, presidida pelo senador José Sarney, nesta quinta-feira, dia 15, às 18 horas.

Sarney marcou a sessão a partir de entendimentos mantidos com o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que lhe manifestou o interesse do Executivo em apressar a promulgação.

A emenda, surgida de uma iniciativa do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), estabelece uma alíquota de 0,20% sobre cada movimentação financeira, para suprir as necessidades do setor de saúde.

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse ontem que o conjunto de ações de desenvolvimento anunciado sexta-feira (dia 9) pelo presidente da República traça um novo modelo para o Estado brasileiro. Se o Orçamento de 1997 tiver por base esse plano, no próximo ano não haverá cortes nem contingenciamentos orçamentários, observou Arruda.

A pedido de Fernando Henrique Cardoso, o líder afirmou que o principal objetivo do governo com essa iniciativa é mudar o quadro das desigualdades regionais. Segundo o senador, o novo modelo de desenvolvimento produzirá um crescimento mais equilibrado entre as diversas regiões do País.

Arruda destacou os três principais aspectos desse Plano de Metas. O primeiro é a



José Roberto Arruda

preocupação governamental de reunir todas as ações num modelo de desenvolvimento regional, não num conjunto de obras esparsas como estradas, usinas, escolas. "O que temos agora são todas essas ações reunidas num modelo estratégico de desenvolvimento regional."

O outro aspecto destacado como importante pelo senador está no fato de que a sociedade brasileira conhecerá um novo modelo de Estado,

que, acentuou, não será mais o único agente de todas as ações de desenvolvimento. "O governo agora aparece como agente promotor de determinadas ações, mas também aparece como motivador e regulador de ações da livre iniciativa."

Conforme Arruda, o terceiro aspecto é que o Presidente considera importante que o Legislativo saiba que a reunião para o anúncio do Plano de Metas aconteceu na sexta-feira por uma medida de respeito ao Congresso. O senador explicou que, constitucionalmente, até 30 de agosto o Poder Executivo terá que encaminhar ao Legislativo sua proposta orçamentária para 1997. Como Fernando Henrique deseja que esse plano de ações seja a base da proposta orçamentária, considerou importante que o Parlamento dele tenha conhecimento prévio.

Palmeira teme racionamento de energia já no próximo ano

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) advertiu para o risco de o País ser obrigado a adotar o racionamento de energia elétrica já no próximo ano. Ele prevê que até o ano 2005 a demanda suplementar de energia elétrica atingirá 35 milhões de quilowatts, o que só poderá ser atendido, a seu ver, com a construção de



Palmeira

três novas hidrelétricas do porte de Itaipu.

Segundo o senador, a crise deve-se à falta de investimentos no setor, durante os anos 80, aliada à expansão recente do consumo. Palmeira afirmou não existir a curto prazo modo de reverter a crise, que ameaça inibir os investimentos diretos no setor produtivo. Segundo ele, as parcerias da Ele-

trobrás com a iniciativa privada estão longe de resolver o problema. "muito embora representem substancial economia de recursos para o setor público".

Palmeira disse que as expectativas repousam em novas concessões, na participação do capital privado e na regulamentação do dispositivo legal que prevê a existência de produtores independentes de energia. Ele sugeriu que o Senado ouça o ministro de Minas e Energia e o presidente da Eletrobrás sobre o problema.

NESTA EDIÇÃO

Cabral sugere legislação para a navegação fluvial

Página 4

Hollanda defende novo ritmo para as privatizações

Página 3

Criação de municípios em votação amanhã

Pauta do plenário prevê também nesta semana deliberação sobre projeto de Eduardo Suplicy que institui eleições diretas para suplentes de candidatos ao Senado

O Senado Federal deve votar hoje requerimento do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) solicitando a inclusão, em ordem do dia, do projeto de sua iniciativa que concede pensão especial aos dependentes das vítimas do tratamento de hemodiálise em Caruaru.

Também será votado requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) propondo a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos



Suplicy



Suassuna



Freitas Neto

ao projeto de sua autoria que revoga dispositivo da Lei 7.256/84 - Estatuto da Microempresa.

Amanhã, deverão ser vota-

das, em primeiro turno, duas propostas de emendas constitucionais - uma dispõe sobre a criação de municípios e a outra acaba com a inelegibilida-

de de parentes afins até o segundo grau.

Para a sessão de quinta-feira está prevista a discussão do projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado. Também consta da pauta a discussão do projeto do senador Freitas Neto (PFL-PI) que cria a área de proteção ambiental do Delta do Rio Parnaíba.

Comissão ouve ministro Jatene sobre clínicas geriátricas

O ministro da Saúde Adib Jatene deve comparecer ao Senado amanhã (dia 14), às 11h, para prestar esclarecimentos perante a comissão especial que apura "os atos, fatos e circunstâncias que envolveram a tragédia da clínica Santa Genoveva e demais casas geriátricas do Rio de Janeiro", presidida pela senadora Be-

nedita da Silva (PT-RJ).

A Comissão de Assuntos Econômicos reúne-se hoje, às 10h, para examinar, entre outros, projeto que trata da compensação de créditos entre as pessoas jurídicas de direito público e privado. Às 17h, deverá ser instalada a Comissão de Serra Pelada, que tem por objetivo a elaboração de um relatório a ser encaminhado à Presidência da República, com

"subsídios que possibilitem resolver o atual estado de conflito entre garimpeiros e a Vale do Rio Doce". Também está prevista para hoje, às 18h, reunião de trabalho da Comissão da Dívida Interna Pública.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se amanhã para apreciar diversos projetos, dentre eles o que trata do crime de assédio sexual e o que proíbe a comer-

cialização, consumo e publicidade de produtos derivados do tabaco nas escolas de 1º e 2º graus.

Também deverá reunir-se amanhã, às 10h, a Comissão Especial do Código de Trânsito Brasileiro, presidida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), e que tem como relator o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM).

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30m - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PDL nº 22/95, que ratifica o texto da Convenção nº 167 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 189/96 (não terminativa), que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo destinada ao financiamento parcial do Projeto de Reestruturação da Rede Ferroviária Federal; *PLC nº 119/95 (não terminativo), que redireciona recursos do Sebrae; *PLS nº 99/95-Complementar, que dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e de diretor do Banco Central do Brasil; e *PLS nº 198/95, que proíbe o uso de substâncias anabolizantes com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.512/96, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.138/95, que dispõe sobre o crédito rural.

Pauta: Discussão do parecer de mérito. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão de Serra Pelada

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

18h - Comissão da Dívida Interna Pública

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA AMANHÃ

PLENÁRIO

14h30m - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PDLs nºs 24 e 28/96, que aprovam o ato que renova a concessão outorgada à TV Globo de São Paulo e à do Rio de Janeiro, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens; e *Substitutivo do Senado ao PLC nº 41/95-Complementar, que disciplina a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal; votação em primeiro turno das *PECs nº 22/96, que trata da criação de municípios, e nº 23/96, sobre inelegibilidade.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 41/95, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição Federal, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PLS nº 235/95 (terminativo), que dispõe sobre o crime de assédio sexual; *PLS nº 17/96 (terminativo), que regulamenta os seguros-saúde; *PLS nº 189/95 (terminativo), que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União; *PLS nº 324/95 (não terminativo), que proíbe a comercialização, o consumo e qualquer tipo de publicidade de produtos derivados do tabaco, no âmbito dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus ou equivalentes. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Especial do Código de Trânsito Brasileiro

Pauta: Discussão do relatório sobre as emendas de plenário. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Hollanda considera lento o ritmo das privatizações

Para senador, emperramento no processo gera descrença no compromisso do governo com um programa tão importante



Valmir Campelo

Valmir cobra recuperação das rodovias

O líder do PTB no Senado, Valmir Campelo (DF), afirmou que o governo federal considera a moeda mais sagrada do que vidas humanas, e citou como exemplo a retirada de R\$ 40 milhões do Orçamento para a conservação das estradas. Em contrapartida, segundo ele, o Executivo gasta "cifras fabulosas" para socorrer bancos falidos.

- É preferível para o Brasil ter déficit público do que ter 50 mil acidentes nas rodovias e 6 mil mortos, anualmente. Além disso, o País perde todos os anos, em decorrência de uma malha rodoviária em estado caótico, cerca de 5 bilhões de dólares, representados por consumo adicional de combustível, desgaste acelerado dos veículos, mercadorias perdidas, estragadas e deterioradas. A glorificação do Orçamento, resultando em perda de vidas humanas em benefício do dinheiro, ultrapassa todos os limites e critérios da racionalidade - afirmou.

Para Valmir, a economia está sendo "estrangulada" com a impossibilidade de circulação das riquezas. Em aparte, José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, informou que o Plano de Metas, divulgado na semana passada, prevê investimentos na área dos transportes.

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu ontem a aceleração do processo de privatização, por ele considerado muito lento. "É bom atentar para o fato de que o emperramento da transferência de estatais para a iniciativa privada tem levado à descrença do compromisso deste governo com um programa tão importante e necessário para que se devolvam ao Estado as prioridades de cuidar da educação, da saúde e da segurança da população", disse.

- Convenhamos que um processo que normalmente levaria oito ou nove meses para ser concluído tem-se prolongado até um ano e oito meses. Isso não sinaliza um compromisso firme do governo, mas, pelo contrário, indica que os setores contrários à privatização continuam influenciando fortemente, a ponto de atrapalharem a celeridade do processo - assinalou.

Destacou Joel de Hollanda

Dutra: Articulação de Mulheres entrega relatório à ONU

O líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), comunicou que a Articulação Nacional de Luta das Mulheres pela Reforma Agrária e Contra a Violência no Campo veio a Brasília para vários atos, entre eles a entrega de um relatório sobre o massacre de sem-terra em Eldorado de Carajás ao embaixador da ONU no Brasil. Dutra lamentou que, passados mais de dois meses do fato, tudo indica que "mais uma vez se caminha para a impunidade".

que desde o início do processo de privatização, em 1990, apenas 46 empresas estatais passaram para o controle da iniciativa privada, gerando uma receita de R\$ 12 bilhões para os cofres públicos. Entretanto, a seu ver, o valor é pequeno, considerando-se que as estatais dos setores importantes, como o de energia elétrica, mal começaram a entrar no processo.

Para Hollanda, nas décadas de 30 e 40, as estatais cumpriram importante papel no desenvolvimento nacional, mas nos anos 60 elas se desviaram dos objetivos primordiais. Multiplicaram-se desordenadamente e, fugindo do controle efetivo do Estado, passaram a competir com a iniciativa privada, em desvantagem para esta, "que não contava com o Tesouro Nacional para cobrir seus rombos nem tinha o privilégio de obter recursos externos, num mercado de escassez".



Joel de Hollanda



Nabor Júnior

Nabor pede punição dos assassinos de Daniella Perez

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu ontem punição dos responsáveis pelo assassinato da atriz Daniella Perez, ocorrido em dezembro de 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Ele disse que a sociedade brasileira está mobilizada, nesse mês de agosto, para o julgamento dos dois acusados, o ator Guilherme de Pádua e sua esposa Paula Thomaz.

- Não vou incorrer no pecado do prejulgamento. O processo criminal é uma peça de circulação restrita e dele só tomaremos conhecimento integral durante o julgamento, quando as testemunhas serão chamadas a dizer o que viram ou tomaram conhecimento de alguma forma, fundamentando nos jurados o veredicto que deverá expressar a verdade dos fatos e suas consequências penais. Mas o crime não poderá ficar impune, os criminosos têm que ser penalizados com a severidade que sua covardia e truculência exigem - afirmou.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.



Bernardo Cabral

Cabral quer legislação para navegação fluvial

A elaboração de uma lei específica para a navegação fluvial foi defendida ontem pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), com o argumento de que, por falta de uma legislação própria, a navegação interior brasileira tem sido sacrificada, com prejuízo da principal característica desse transporte, que é oferecer fretes mais baixos.

O senador explicou que, embora o regime jurídico da navegação interior seja derivativo das normas feitas para a navegação marítima, muitas das exigências indispensáveis para um navio são perfeitamente dispensáveis para um barco, que está sempre próximo da terra e em águas geralmente tranquilas.

Dentre as exigências excessivas, ele citou o número elevado de tripulantes, o uso de aço naval para a construção de embarcações e a obrigação de o profissional estar vinculado a um determinado barco.

Em aparte, o senador Jefferson Peres disse que esse é um velho pleito do povo amazonense, visto que é caríssimo o frete entre Belém e Manaus.

Jefferson teme caos e pede solução ampla para problema de Alagoas

Segundo o senador, uma intervenção apenas parcial no estado não resolverá crise financeira e poderá provocar uma "convulsão social"

Uma intervenção parcial no estado de Alagoas, para que os servidores do Judiciário recebam seus salários atrasados, "não resolverá os problemas do estado e ainda criará uma convulsão social", alertou ontem

o senador Jefferson Peres (PSDB-AM). Para ele, se a intervenção federal for decretada, a medida deve ser ampla e a União terá de pagar também os salários atrasados dos funcionários do Executivo estadual. "Caso contrário, os servidores do estado não vão



Jefferson Peres

aceitar uma decisão dessas pacificamente", disse.

A crise de Alagoas, conforme Jefferson, é a repetição do que acontece em quase todos os estados, "onde alguns grupos sugam o máximo, em detrimento da maioria". Na opinião do senador, o primeiro passo para resolver as crises estaduais "será desestatizar a economia e desprivatizar o Estado".

O senador lamentou que em Alagoas a receita já não seja mais suficiente para pagar os

servidores, havendo um déficit mensal de R\$ 20 milhões. Os servidores estão com salários atrasados e a companhia de energia elétrica, massacrada por dívidas, terá de ser absorvida pela Eletrobrás, salientou.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1 Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Audio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Governo abandonou região Norte, denuncia Amorim

O senador Ernandes Amorim (PMDB - RO) afirmou ontem que o governo federal "abandonou a região Norte", mas não se nega a abrir os cofres para o governador de Rondônia, acusado de cometer irregularidades administrativas.

Amorim lamentou que o governo federal tenha concedido financiamentos ao



Ernandes Amorim

governo estadual para pagar funcionários e empreiteiras que executaram serviços há mais de cinco anos. No entanto, acrescentou, quando representantes de Rondônia tentam obter verbas para construção de obras importantes, como a hidrelétrica para abastecer o município de Machadinho do Oeste, "são criadas dificuldades de todo tipo".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ERNANDES AMORIM E VALMIR CAMPELO

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotonio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciél da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Journalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal